

Matriz limpa pode garantir investimentos diferenciados

Andreia Fanzeres

A extensão territorial e a geografia dão ao Brasil uma das maiores capacidades no mundo de geração energética a partir dos ventos. Apesar da condição privilegiada, o país utiliza hoje menos de 0,5% do potencial. O governo afirma estar empenhado em melhorar o aproveitamento e marcou para 25 de novembro o primeiro leilão específico para compra de energia eólica. Na disputa estão 441 empreendimentos com potencial de geração de 13,5 Gigawatts (GW), quase o que produz uma usina como Itaipu. O objetivo é partir dos atuais 550 MW e chegar ao fim do ano com cerca de 800 MW eólicos, e em 2010 completar 1.500 MW (ou 1,5 GW).

Essa é uma das medidas concretas que o Executivo toma a partir das diretrizes do Plano Nacional sobre Mudança no Clima, que foi criticado por organizações ambientalistas por se limitar a descrever, no que tange ao setor, programas de governo na área de energias alternativas e eficiência energética, elaborados fora do contexto do aquecimento global.

O Ministério de Minas e Energia (MME) faz questão de situar que a participação do setor energético nas emissões brasileiras varia de 2,5% a 3,5% e que hoje 46% da matriz são de energia renovável. "Não se pode cobrar que nosso setor elétrico tenha que tomar as mesmas atitudes de países como Alemanha e China. Estamos trabalhando, mas nosso objetivo tem de ser diferente", justifica Hamilton Moss, diretor do departamento de desenvolvimento energético do MME.

Mais turbinas eólicas em funcionamento representam a adoção de estratégias menos danosas ao meio ambiente para o aproveitamento energético brasileiro. Mas o governo também é enfático ao dizer que vai manter investimentos em hidrelétricas. "Temos que ficar atentos, usar nossos recursos eólicos, mas nossa capacidade hidráulica é importante, é um patrimônio", considera Moss, do MME.

Mario Veiga, presidente da PSR, consultoria na área de eletricidade e gás natural, considera que num cenário de aumento de temperatura, secas e cheias serão acentuadas, demandando mudanças na política energética. "A maneira de garantir o funcionamento das hidrelétricas nesse contexto é criar mais usinas com reservatórios, mas a área ambiental cria obstáculos. O setor já contribui pouco com as emissões e vem sofrendo cada vez mais punições", avalia.

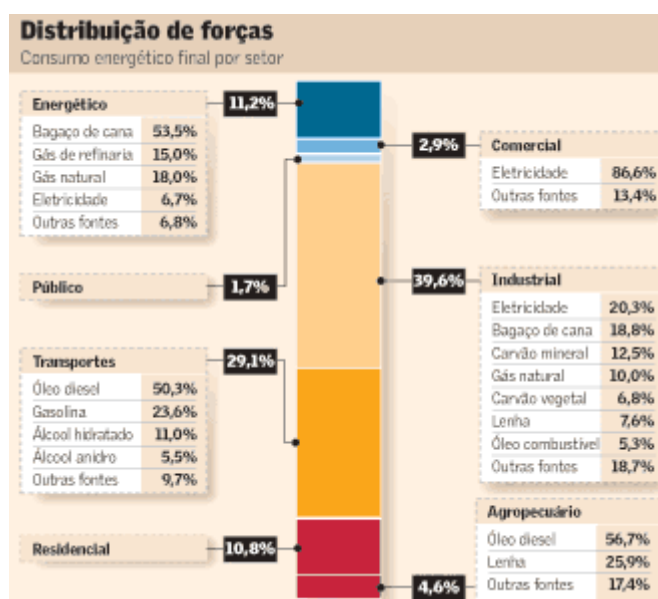
Para Veiga, o Brasil deve continuar investindo nas fontes renováveis que se apresentem como as mais econômicas em cada momento. Mas, por enquanto, não há perspectiva de que a vantagem das hidrelétricas se altere. "O mundo inteiro está investindo em eólica, então podemos esperar o preço cair para inserir mais essa fonte no Brasil. Quando os potenciais hidráulicos mais baratos estiverem esgotados, vai ficar mais caro construir e, ao mesmo tempo, as eólicas estarão com baixo custo", prevê. De acordo com ele, o Brasil, com recursos hidrelétricos e de biomassa abundantes, pode se dar ao luxo de monitorar o preço de outras tecnologias e quando elas ficarem mais baratas adotá-las com intensidade. Segundo o MME, hoje o preço da energia eólica é cerca de 30% mais caro do que a energia hidráulica.

Carlos Rittl, coordenador do Programa de Mudanças Climáticas e Energia do WWF-Brasil considera que se o investimento em eficiência energética fosse maior, o Brasil poderia evitar grandes impactos ambientais com a construção de usinas hidrelétricas. "A usina de Belo Monte [que será construída no rio Xingu, PA] está encravada em terras indígenas, alguns estudos questionam a capacidade de gerar energia firme ao longo de todo ano. Se estivéssemos investindo em outras fontes, esses impactos poderiam ser evitados."

Os obstáculos à adoção em larga escala da energia eólica, por exemplo, estão no meio de uma discussão embaralhada. Rittl considera questionável o discurso de que a energia hoje não é competitiva, na medida em que existem muitas dificuldades de regulamentação do setor e também subsídios oferecidos a outras fontes, como a nuclear, por exemplo.

Um dos destaques do governo no Plano Nacional sobre Mudança do Clima foi lembrar das medidas de eficiência energética implementadas com o Programa Brasileiro de Etiquetagem, criado em 1984, para identificar o consumo de cada item. Desde então, 33 tipos de equipamentos foram etiquetados, como refrigeradores, chuveiros, condicionadores de ar, lâmpadas, fogões etc. O programa pretendia superar um período de transição até que a etiquetagem quanto à eficiência energética fosse obrigatória. Até hoje, é voluntária. "Apesar de voluntário, houve tempo de a indústria se ajustar e o impacto tem sido fantástico. Quem impõe a obrigação de etiquetar passa a ser o consumidor", explica Moss.

O plano também menciona o programa para estimular aquecimento solar nas residências. "Isso ainda está em elaboração, temos que considerar o impacto na indústria, os preços, fazer de maneira programada", diz o representante do MME. "Essas ações reforçam a posição do Brasil de não ficar parado. Estamos usando as melhores tecnologias para crescer e sem ajuda internacional", diz Samira Sana, coordenadora de mudanças climáticas do MME.



Fonte: EPE

Valor Econômico, São Paulo, 14 out. 2009, Mudanças Climáticas, p. 8.